

PROMOVER O DESENVOLVIMENTO REGIONAL É POSSÍVEL?¹

Renita Baldo Moraes²

Resumo

O presente texto reflete em torno de algumas questões relacionadas com as possibilidades de promoção do desenvolvimento regional, frente aos desafios deste final de século. Um dos aspectos do desenvolvimento regional é o resgate do sentido de cidadania e a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos. Esse processo é lento, e depende de vários fatores, entre eles, da organização da sociedade local.

Palavras-chave: Autonomia regional, Desenvolvimento regional, Globalização, Sistema tributário.

Abstract

The present text relates some subjects connected with the possibilities of the regional development promotion, facing the challenges of the end of this century. One of the aspects of the regional development is the rescue of the citizenship sense and the improvement of the quality of life. This process is slow and depends on several factors, among them, the organization of the local society.

Keywords: Regional autonomy, Regional development, Globalization, Tributary system.

Frente aos desafios do mundo atual, onde o processo de globalização invade os espaços, torna-se necessário uma maior mobilização dos *atores regionais*, que estejam comprometidos com o lugar, para evitar que apenas um número restrito de pessoas ou corporações seja beneficiado por este processo. Ao mesmo tempo em que é mais difícil,

¹ Trabalho apresentado na disciplina de Organização do Espaço (Mestrado em Desenvolvimento Regional/UNISC).

² Mestranda em Desenvolvimento Regional/UNISC.

é também mais importante um fortalecimento dos setores regionais para a promoção de seu desenvolvimento.

Enquanto que, em países desenvolvidos existe a possibilidade de escolher quais aspectos da globalização serão aceitos, em países de Terceiro Mundo as empresas transnacionais exercem muito poder, dificultando ações que beneficiem as sociedades locais. Cada vez mais o Estado torna-se importante para assegurar que as necessidades básicas dos indivíduos sejam atendidas. Outro fator importante é a mídia, que exerce muito poder, podendo ser usada para fortalecer ou para enfraquecer a organização das sociedades locais. Neste contexto, o mercado pode intervir na mídia, deformando-a. Assim, torna-se senso comum da maioria dos indivíduos, que todo esse processo, essa articulação de empresas em forma de *redes*, é benéfico para os municípios, estados e para o país.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E SISTEMA TRIBUTÁRIO

Com o processo de globalização, formou-se um mercado mundial. Disputas ocorrem entre governos subnacionais em busca de empresas que ofereçam empregos e assim, segundo eles, promovam desenvolvimento. Mas, com frequência, o que ocorre mais é crescimento econômico dessas empresas transnacionais, e não desenvolvimento da região, pois este envolve, além do aspecto econômico, fatores sociais, políticos e culturais, visando gerar qualidade de vida. Com o intuito de aumentar os empregos, os Estados concedem estímulos amplos a empresas, fixando alíquotas diferenciadas, incentivando "guerras fiscais" entre os Estados. Ao mesmo tempo em que são concedidos estímulos e isenção de impostos, diminuindo a arrecadação, faltam recursos para investir em setores básicos, como educação, saúde, saneamento, habitação, entre outros. De acordo com Sulamis Dain (1995, p. 50), a revogação de parte desses incentivos e isenções, embora desejável para fins de arrecadação, esbarra em obstáculos políticos, uma vez que fere interesses estabelecidos, relativos aos "lobbies setoriais" e regionais.

Reformulações do sistema tributário no Brasil, de forma que se tornasse mais eficiente, gerando recursos para investir na promoção do bem-estar social, da qualidade de vida, e conseqüentemente, desenvolvimento, são processos políticos longos, que implicam confronto entre interesses contraditórios, por isso são tão difíceis.

Na década de 90, agravou-se o quadro tributário no Brasil, criando campo fértil para evasão fiscal, fraude e desobediência civil em matéria tributária. Assim, o sistema tributário vem revelando-se incapaz de atender as necessidades de financiamento dos governos. Cada vez estão mais escassas as receitas, e os encargos continuam, não sendo portanto, supridos. Para solucionar esses problemas, proliferam projetos visando à reformulação do sistema tributário. As propostas de reforma tributária enfatizam a

existência de número excessivo de impostos, de carga múltipla. Alguns deles parecem centralizar a receita na União, passando a arrecadar impostos que antes eram estaduais ou municipais. Como exemplo pode-se citar a proposta do governo federal, motivada para a recuperação fiscal da União, com a criação do IVA (Imposto sobre o Valor Adicionado). Na proposta do governo, o IVA passaria a incluir parte do que atualmente é arrecadado pelo ICMS, em nível estadual, e pelo ISS, em nível municipal (Dain, 1995, p.60). No entanto, os encargos continuam em nível estadual ou municipal.

IMPORTÂNCIA DA AUTONOMIA REGIONAL

Na Constituição Brasileira de 1988 está definida a natureza política das unidades municipais, devendo ser assegurada sua autonomia. Entretanto, esta autonomia fica anulada devido à dependência financeira, pois os municípios geralmente pouco recebem da distribuição das rendas públicas. Constar na Constituição essa autonomia, não é suficiente. Dallari (1986), lembra que, nos Estados Unidos da América, a Constituição não menciona as comunidades locais como entidades políticas. Mas, elas têm mais liberdade para estabelecer suas prioridades do que no Brasil, sendo possível receber ajuda do governo estadual para que estas sejam colocadas em prática.

Em um país tão heterogêneo como o Brasil, com tantas peculiaridades regionais e necessidades diferentes, centralizar mais o poder na União, como sugerem alguns projetos de reforma tributária, poderia aumentar as desigualdades sociais. Cada região tem necessidades diferentes, e nem tudo que é primordial para uma região, é da mesma forma para outra. Por isso a importância da autonomia das esferas estaduais e municipais.

Milton Santos (1996) faz uma análise interessante do momento em que estamos vivendo. Segundo o autor, o espaço atual é composto de dois tipos de recortes. De um lado, estão as horizontalidades, que são pontos unidos sem descontinuidade, como o conceito tradicional de região. É o local de uma cooperação mais limitada, onde ocorre a fábrica da produção. De outro lado, estão as verticalidades, que são pontos separados no espaço, garantindo o funcionamento global da sociedade e da economia. As verticalidades são responsáveis pela circulação, distribuição e consumo, nos mais diversos locais. As horizontalidades e verticalidades ocorrem nos mesmos lugares, ao mesmo tempo, e sua intersecção ocorre, de modo geral, nas cidades. Ao reforçarem-se as horizontalidades, com a coesão da sociedade, surge a possibilidade de opôr-se ao que não convêm das verticalidades, e reivindicar ações que beneficiem essa sociedade, gerando assim, desenvolvimento regional.

Apesar de ser um processo lento, por ser necessário a desalienação dos indivíduos e a mobilização em busca de interesses comuns, acredito estar no fortalecimento das horizontalidades, o meio mais viável de promover desenvolvimento regional. Com a

união horizontal dos lugares, pode-se estabelecer normas locais e regionais para beneficiar a região, que podem afetar as normas globais que incidem sobre esse local.

Uma das formas de favorecer as horizontalidades é investindo nas potencialidades da região, pelos atores regionais. Nesse sentido, Boisier (1998) cita diferentes formas de capital possíveis de encontrar em um território (organizado), os quais deveriam produzir desenvolvimento, entre eles o capital cognitivo, econômico, cultural, humano e social. O autor parte do princípio que qualquer território tem um estoque de recursos naturais, que podem ser usados para promover desenvolvimento. Dentro do capital cognitivo está o conhecimento sobre sua região, sobre as tecnologias que podem ser desenvolvidas a partir dos recursos naturais da região. Entretanto, com frequência este conhecimento está mais concentrado em grandes corporações transnacionais, do que na própria sociedade local. Muitas vezes, há desconhecimento e desvalorização dos potenciais locais, facilitando seu uso por empresas transnacionais que apenas desfrutam desses recursos, não gerando o desenvolvimento das regiões a partir de suas potencialidades. Atualmente, com o domínio de corporações em que a finalidade é expandir seus mercados e garantir o crescimento econômico, pouco importam as consequências e o custo social deste processo. Este crescimento pode estar apoiado na exploração dos trabalhadores, que na grande maioria são detentores apenas das etapas repetitivas do trabalho, e não do conhecimento de altas tecnologias, pois essas permanecem no poder de um número reduzido de pessoas. Ocorre uma alienação das pessoas, que cada vez ficam mais dependentes do processo. Dessa forma, se o Estado não estiver a favor das sociedades locais, intervindo na promoção do bem-estar e na atenuação da marginalização social, será que as *redes*, que estão a serviço do grande capital, farão isto?

Neste contexto, quanto mais os indivíduos se unirem em torno de objetivos comuns, quanto mais organizada a sociedade local estiver, resgatando o sentido de cidadania, mais poder esta sociedade terá, favorecendo assim os seus membros. De acordo com Virgínia Etges (1998), somente "por meio da participação dos cidadãos no planejamento e na ação conjunta em torno de estratégias comuns em nível regional é que se pode vislumbrar o novo".

Vivemos um momento em que os eventos ocorrem instantaneamente em vários lugares do mundo, em que grupos hegemônicos detêm poder, em que a informação está na base das transformações. Este período, chamado *meio técnico-científico-informacional*, começou após a Segunda Guerra Mundial, e as transformações ocorrem rapidamente, e ao mesmo tempo, nos mais distantes locais, "graças à revolução técnica presidida pelas telecomunicações e pelos computadores" (Milton Santos, 1996, p.211).

O desenvolvimento das regiões não pode estar alheio ao processo de globalização. Com os avanços tecnológicos, as regiões estão cada vez mais diferenciadas, algumas absorvendo o "novo" rapidamente, outras resistindo mais, ou escolhendo o que mais convém desse "novo". Essa diferenciação deve ser considerada, e só com a organização

das sociedades, com a elaboração de projetos diferenciados visando o desenvolvimento da região, poderá ocorrer o fortalecimento das regiões, e então, a opção entre o lado perverso da globalização e o que convém desse processo. Possibilita-se, desta forma, *desenvolvimento regional e qualidade de vida*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOISIER, Sérgio. El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinérgico. *Redes*, Santa Cruz do Sul: Edunisc, v.4, n.1, p.61-78, jan./abr. 1999.
- DAIN, Sulamis. Visões equivocadas de uma reforma prematura. In: AFFONSO, R. B. A., SILVA, P. L. B. *Federalismo no Brasil*. São Paulo: Fundap, 1995. p. 43-74.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. *O Estado Federal*. São Paulo: Ática, 1986. 87 p.
- ETGES, Virgínia. O papel da região na era da globalização. *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, 27/28 jun. 1998. Guia sócio-econômico, p.3.
- HARVEY, David. *Condição Pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992. p. 117-184.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 186-229.